



*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Diretoria Legislativa*

---

**Autógrafo n. 125/CMC/2025**

---

**“Institui, no âmbito do Município de Cacoal, o “Junho Roxo”, mês dedicado à conscientização e à prevenção do Lipedema, e dá outras providências.”**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cacoal, o “Junho Roxo”, dedicado à conscientização, prevenção, diagnóstico precoce e tratamento do Lipedema, a ser realizado anualmente durante todo o mês de junho. Parágrafo único. O “Junho Roxo” passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Cacoal.

Art. 2º São objetivos do “Junho Roxo”:

I – promover a conscientização da população, especialmente das mulheres, sobre os riscos e características do Lipedema, com foco na prevenção e no diagnóstico precoce;

II – disseminar informações sobre os sintomas, estágios e impactos do Lipedema, bem como os direitos das pessoas acometidas;

III – incentivar a criação de políticas públicas de atenção integral à saúde da mulher, com foco específico no atendimento ao Lipedema;

IV – divulgar informações sobre os períodos da vida com maior incidência da doença, como a puberdade, gravidez e menopausa;

V – fomentar estudos, pesquisas e protocolos clínicos unificados para diagnóstico e tratamento do Lipedema;

VI – incentivar a capacitação de profissionais da saúde para o diagnóstico e acompanhamento multiprofissional desde os estágios iniciais;



*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Diretoria Legislativa*

---

VII – promover meios acessíveis para facilitar o diagnóstico precoce e o tratamento da doença;

VIII – incentivar a publicação de estudos e pesquisas científicas sobre o tema;

IX – sensibilizar a sociedade sobre a importância do acesso à informação e do combate à desinformação relacionada à doença;

X – realizar eventos educativos, campanhas de mídia, palestras, audiências públicas e demais ações alusivas à campanha durante o mês de junho.

Art. 3º Para a efetivação dos objetivos desta Lei, o Poder Público poderá estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e entidades de classe.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os meios e ações necessárias para sua implementação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Catarino Cardoso dos Santos - Cacoal/RO, 18 de agosto de 2025.

**GIMENEZ FRITZ**

**Presidente da CMC**

**EDIMAR KAPICHE**

**1º Secretário da CMC**

**CARLOS ANTÔNIO DE FREITAS**

**2º Secretário da CMC**

